

A crítica de Judith Butler ao sujeito fundacional do feminismo e seus desdobramentos para uma teoria literária feminista

Judith Butler's critique of feminism's foundational subject and its ramifications for a feminist literary theory

*Jade Bueno Arbo**, *Eduardo Marks de Marques**
**Universidade Federal de Pelotas (UFPel)*

Resumo: O fazer teórico feminista produz um corpo de trabalho vasto e plural, e suas categorias norteadoras encontram-se em constante discussão e revisão. Entre os desafios teóricos postos ao feminismo nos anos 1990, destaca-se a crítica de Judith Butler à dependência de um sujeito fundacional a ser encontrado em uma concepção universal de mulher para a prática política feminista. Com esse pano de fundo, objetivamos aqui investigar duas questões principais: 1) de que forma a teoria feminista vem interagindo com a teoria literária? e 2) qual o impacto da crítica de Judith Butler ao sujeito fundacional do feminismo na teorização literária feminista? Esperamos demonstrar que a crítica do sujeito fundacional feminista feita por Judith Butler não assinala para uma despolitização da teoria literária feminista, e sim para a sua renovação em termos outros, mais inclusivos.

Palavras-chave: Judith Butler. Teoria Literária Feminista. Gênero.

Abstract: Feminist theory consists in a vast and plural body of work, and its categories are constantly being discussed and revisited. Among the theoretical challenges that interpellated feminism in the 1990s, one stands out: Judith Butler's critique of feminism's dependency on a foundational subject to be found in a universal female identity in order for feminist political practice to be possible. With this in mind, this essay intends to investigate two main questions: 1) how has feminist theory interacted with literary theory? and 2) what impact does Judith Butler's critique of the foundational subject of feminism have on feminist literary theory? We expect to demonstrate that Judith Butler's critique of feminism's foundational subject does not signal to a depoliticization of feminist literary theory, but to its renewal in other, more inclusive grounds.

Keywords: Judith Butler. Feminist Literary Theory. Gender.

Fruto da efervescência do feminismo de segunda onda e marco do feminismo de terceira onda, em 1970 os *Women's Studies* começaram a se propagar nos mais diversos campos do saber nos Estados Unidos, partindo de um influxo crescente de vozes femininas e feministas inicialmente interessadas em acabar com a invisibilidade das mulheres na academia (JAGGAR; YOUNG, 2005, p. 1). Essa entrada do ativismo feminista na academia traz consigo e teoriza discussões que já aconteciam na esfera prática, transformando-as em um corpo denominado Teoria Feminista, que discorre sobre conceitos como “mulher”, “sexo”, “gênero” etc. No entanto, embora seja possível categorizar o feminismo como uma luta por igualdade, nunca houve, conforme apontado por Sarah Gamble (2006), uma pauta de consenso universal para o feminismo. Esse corpo da teoria feminista não se constitui de uma corrente teórica unificada por um método ou um objeto específico e, de fato, conforme alerta Jane Flax (1990, p. 20), embora seja possível encontrar objetivos gerais comuns na teoria e prática feminista, como a análise do gênero, do patriarcado e da opressão das mulheres, as discordâncias práticas e teóricas entre diferentes abordagens consideradas feministas são marcantes o suficiente para que o termo “feminismo” resista a definições precisas. A teoria feminista, portanto, não poderia sequer ser descrita como uma disciplina, se definirmos disciplina como “uma área delimitada do discurso intelectual na qual um consenso existe entre seus praticantes no que tange o assunto, metodologia apropriada e resultados desejáveis” (FLAX, 1990, p. 20, tradução nossa¹).

A teorização feminista acontece a partir de diversas perspectivas, ora divergentes, ora convergentes, que interagem entre si, desafiando-se, desconstruindo-se e reconstruindo-se umas às outras. Temas como o sexo, o gênero e a própria definição de mulher, portanto, são todos pontos de tensão tanto para a teoria quanto para qualquer prática política feminista, na medida em que o significado de “feminismo”, bem como a pauta e o sujeito desse feminismo, está em constante discussão e releitura. Dessa forma, a teoria *literária* feminista, na medida em que se sustenta sobre, interage ou desafia conceitos de “mulher” e de “feminino”, está invariavelmente imbricada nesse debate teóricos fora da área específica da literatura, acompanhando, respondendo e sendo informada por seus desdobramentos.

Quando Judith Butler – inserida em uma discussão acalorada entre o essencialismo, antiessencialismo e essencialismo estratégico que acontecia principalmente a partir dos anos 1980 entre as teóricas feministas, e subsidiada por uma tendência pós-estruturalista e desconstrutora derridiana de seu tempo (PHOCA, 2001, p. 46) – tece sua crítica em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2016) à dependência do feminismo de um sujeito “mulher” bem delimitado, ela apresenta um desafio teórico e

¹ “as a delimited area of intellectual discourse in which a general consensus exists among its practitioners as to subject matter, appropriate methodology, and desirable outcomes.”

metodológico para a teorização feminista em diversas áreas com as quais o fazer teórico feminista se ocupa, incluindo a Literatura.

A desestabilização de uma noção de sujeito fundacional feminista a ser representado pela categoria universalizante de “mulher” traz questionamentos específicos à literatura feminista: como delimitar o campo de atuação e interesse da literatura feminista? A literatura feminista é necessariamente feminina? Os objetos da literatura feminista são necessariamente obras de autoria feminina? Existe algo de particular e específico à escrita das mulheres? Com tais perguntas em mente, o presente trabalho busca investigar duas questões principais, a saber, 1) de que forma a teoria feminista vem interagindo com a teoria literária para constituir um campo que podemos denominar de teoria literária feminista? E 2) qual o impacto da crítica de Judith Butler ao sujeito fundacional do feminismo na teorização literária feminista? Passaremos, portanto, ao exame dessas questões.

De acordo com o teórico Terry Eagleton (2019), “não existe, de fato, nenhuma ‘teoria literária’ no sentido de um corpo teórico que se origine da literatura ou seja exclusivamente aplicável a ela” (p. vii). Assim, ao nos propormos pensar o que tratamos aqui por teoria literária feminista, nos remeteremos a um histórico de investigações que surgem a partir de um contexto de debates mais abrangente que chamamos de teoria feminista, a qual, por sua vez, está inserida em um histórico ainda mais vasto de resistência contra a opressão feminina.

Uma interação mais clara entre a disciplina da teoria literária e o que se podia chamar de pensamento feminista acontece no final dos anos 1960 (em casos pioneiros) e majoritariamente nos anos 1970 e 1980, período em que a academia começou a integrar aos currículos, por esforços dessas estudiosas feministas, abordagens explicitamente feministas do texto (LEBIHAN, 2006, p. 103). Sobre essa fase, a teórica Mary Eagleton (2003) aponta:

Para a crítica literária feminista do final dos anos 1960 e dos anos 1970, o problema era tanto “feminino” quanto “masculino”, ou seja, a inadequação – de fato, a misoginia – da representação das mulheres em textos canônicos de autoria masculina. Porém, de forma crescente, um impulso muito mais forte em crítica literária feminista ganhou espaço, uma preocupação não com o autor homem, mas com a mulher, à qual muitas vezes se referia como “perdida”, “silenciada”, “escondida”, uma vítima do filtro do *establishment* masculino. (p. 157, tradução nossa²).

² “For feminist literary criticism from the late 1960s and into the 1970s, the issue was both ‘female’ and ‘male’, that is the inadequacy – indeed, misogyny – of representations of women in male canonical texts. But, increasingly, a much stronger impulse in feminist literary criticism gained ground, a concern not with the male

Tem-se, então, nas primeiras abordagens feministas do texto literário, uma investigação e crítica do cânone literário *masculino*, e, logo em seguida, a busca por uma recuperação de textos de autoria feminina. Neste momento, ainda de acordo com Eagleton (2003), a busca pela literatura de autoria *feminina* já era considerada um ato *feminista*, tendo em vista a escassez de autoras mulheres em um cânone falocêntrico.

Esse estágio, enquadrado em uma estrutura binária de masculino como hegemônico e feminino como subalternizado, não acontece apenas na literatura, mas acompanha uma tendência geral da teoria feminista de revisão e recuperação, exemplificada também nas intervenções feministas na filosofia, as quais Charlotte Witt (2005, p. 1) diz preocuparem-se com dois problemas: a exclusão histórica das mulheres e a caracterização negativa do feminino na filosofia. De fato, podemos ver essa confluência entre os enfoques da filosofia feminista e da teoria literária feminista quando Stephanie Hodgson-Wright (2006) observa que “uma das primeiras coisas que qualquer grupo que procure reconhecimento público irá fazer é criar um reconhecimento de sua história; de fato, se apropriar e determinar essa história” (p. 5, tradução nossa³).

Assim, é de se esperar que um primeiro momento da teoria literária feminista esteja empenhado em definir seu objeto por vias da representação identitária, buscando, como as demais áreas da teoria feminista, recuperar a história das mulheres não registradas pelos fazeres teóricos hegemônicos, assim delimitando seu sujeito. O trabalho de Elaine Showalter em *A Literature of their Own* (1977) serve de exemplo para esse momento na teoria literária feminista.

Eagleton (2003) descreve os esforços de Showalter (1977) como uma busca para estruturar o que percebe como uma “tradição literária feminista” com vistas a “desafiar a dominação masculina do cânone literário, reviver importantes escritoras esquecidas e redesenhar nossa história literária” (EAGLETON, 2003, p. 157, tradução nossa⁴). Para Showalter (1977), apesar de serem vistas como díspares entre si, vistas como “‘camaleões sociais’ que adotam a classe, o estilo de vida e a cultura de seus parentes homens” (p. 11, tradução nossa), pode-se dizer que as mulheres teriam formado sim “uma subcultura dentro de uma estrutura de uma sociedade maior [...] unificada por valores, convenções, e comportamentos afetando cada indivíduo” (SHOWALTER, 1977, p. 11, tradução nossa⁵).

author but the female, who was often referred to as ‘lost’, ‘silenced’, ‘hidden’, a victim of male-establishment ‘gate-keeping’.”

³ “One of the first things any group seeking public recognition will do is try to create a sense of its history; indeed, to own and determine that history.”

⁴ “challenge the male domination of the literary canon, revive forgotten writers of significance and might redraw our literary history.”

⁵ “a subculture within the framework of a larger society [...] unified by values, conventions, experiences, and

Assim, através de um trabalho exaustivo de resgate, análise e crítica da literatura de autoria feminina, Showalter organiza seu corpus de forma a encaixá-los em um ponto ou outro da relativa continuidade sendo traçada.

Esse projeto acontece concomitantemente a outras buscas por identidades, histórias, opressões comuns que dessem um significado transcultural à palavra “mulher”, possibilitando um sujeito uno ao feminismo em nome do qual falar e reivindicar, e em torno do qual se organizar. É nessa época que se pensa o gênero como diferença sexual, e, derivado disso, como aponta (e critica⁶) Teresa de Lauretis (1994), estão ideias como “a cultura da mulher, a maternidade, a feminilidade etc.” (p. 206). Porém, essa proposição de cultura *literária* das mulheres, uma subcultura dentro de um sistema maior, não passaria ilesa pelo momento de desconstrução de universais das décadas de 1980 e 1990 da teoria feminista.

Ao mesmo tempo em que os feminismos das décadas de 1970 encontravam-se nas ruas e na academia em torno de tanto compreender as raízes da opressão feminina quanto combatê-la, essas mesmas mulheres percebiam que nem sempre seus objetivos eram os mesmos, nem sempre suas experiências eram as mesmas, e, principalmente, o que se construía como a experiência feminina e a história das mulheres nem sempre as incluía. Às batalhas externas em prol de uma maior representação das mulheres no âmbito público e na produção de conhecimento, somam-se batalhas internas a partir de acusações de racismo, classismo e heterossexismo (THORNHAM, 2006; SANTOS, 2016) que constroem vozes dissonantes entre esses sujeitos com experiências tão distintas.

É a partir desse conflito interno que surgem as discussões feministas em termos de gênero, e da relação deste com o sexo. Não mais uma relação transparente – onde o sexo se mostraria como elemento constante do gênero, a variável cultural – não mais seria uma conclusão simples derivar do dado biológico do sexo feminino uma experiência comum através da história e da cultura.

É nesse contexto que Judith Butler, em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2016), traz a questão do gênero como sendo tratada com desconforto na teoria feminista, “como se sua indeterminação pudesse culminar finalmente num fracasso do

behaviours impinging on each individual’ (Showalter 1978: 11)”.

⁶ Em uma análise que precede a de Judith Butler, Teresa de Lauretis chama a atenção para os problemas de um feminismo preso à ideia de diferença sexual, que trate o gênero como eminentemente dependente do sexo: “[O gênero como diferença sexual] confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo [...] o que torna muito difícil, se não impossível, articular diferenças entre mulheres e Mulher, isto é, a diferença entre as mulheres ou, talvez mais exatamente, as diferenças nas mulheres. [...] A partir dessa perspectiva, não haveria absolutamente qualquer diferença e todas as mulheres seriam ou diferentes personificações de alguma essência arquetípica da mulher, ou personificações mais ou menos sofisticadas de uma feminilidade metafísico-discursiva.” (LAURETIS, 1994, p. 207).

feminismo” (p. 7). O desconforto em torno dessa indeterminação se daria devido ao fato de que muito do feminismo teria se construído, então, sobre a presunção de um sujeito como fundamento de suas reivindicações: a mulher. Se o gênero parece indefinível, então o que acontece com o feminismo? É essa questão que a filósofa endereça no decorrer de seu livro, pois “problemas são inevitáveis e nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de criá-los” (p. 7). Seu diagnóstico da teoria feminista se inicia da seguinte forma:

Em sua essência, a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada. (p. 17).

A filósofa observa que *representação*, para além da representatividade política demandada pelas feministas, tem um duplo significado: é tanto o meio pelo qual se busca “estender a visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos” (p. 18), como “função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres” (p. 18). Assim, longe de representar politicamente um sujeito pré-discursivo, a ideia de “mulher” como sujeito do feminismo *cria* os contornos do próprio sujeito para o qual busca representação política, ou seja:

Os domínios da “representação” política e linguística estabeleceram *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm de ser atendidas para que a representação possa ser expandida (p. 18).

Assim, tem-se a contestação da possibilidade de “uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas” (p. 21), colocando o sujeito “mulheres” não apenas como insuficiente para a delimitação da ação política do feminismo como também um sujeito construído e *coercitivo*. A força da crítica de Butler a essa aquiescência imediata ao que se considera necessário ao fazer político, que é um sujeito bem-delimitado a ser candidato à representação, está na percepção de que buscar a estabilidade desse sujeito como pressuposto para a prática política feminista gera exclusões múltiplas, bem como tem consequências reguladoras sobre os sujeitos, ainda que essa construção seja elaborada com propósitos emancipatórios.

Existe, então, um paradoxo nessa abordagem fundacional da teoria feminista: esta estaria buscando uma maior representação para um sujeito que ele próprio cria. Butler se contrapõe a uma visão essencialista e totalizante do sujeito do feminismo justamente porque contesta a ontologia da própria identidade. É a partir da rejeição da possibilidade de uma universalidade à categoria de “mulheres”, seja natural, metafísica, ou até mesmo social, que a filósofa traça a sua concepção de performatividade do gênero. Não existiria uma mulher universal por não existir qualquer essência a qualquer gênero. O que existe, coloca Butler, é um *efeito* de substância causado por atos repetidos constantemente; o gênero, portanto, seria *performativo*, na medida em que não possui existência pré-discursiva, mas se constitui *na e pela* linguagem.

Essa crítica ao sujeito fundacional feminista diz respeito também ao sujeito dessa tradição literária feminina. Conforme aponta Butler, “a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo – por parte das “mulheres” que o feminismo afirma representar – sugere os limites necessários para a política de identidade” (2016, p. 18). Assim como a universalidade do sujeito do feminismo se fragmenta frente à interpelação dos sujeitos que exclui de sua categoria central, a continuidade de uma história cultural/literária descritível como feminina é, também, fragmentado pelos sujeitos aqueles nos domínios excluídos dessa construção hermética da história da literatura feminina.

Não havendo essência ao gênero, e sendo a exclusão e a coerção parte importante da política identitária fundacionalista do feminismo, como se pode pensar a literatura de autoria feminina e a representação feminina dentro de uma teoria literária feminista? Para tentar responder, ainda que inicialmente, essas perguntas, traça-se a seguir um panorama breve da teoria literária feminista e como esta interage, em seus diversos momentos, com a teoria feminista fora da área da literatura e, mais especificamente, de que forma articulou seu sujeito.

Dentre as críticas que abalaram a estabilidade da ideia de tradição feminina na literatura, conforme apontado por Eagleton (2003), estão 1) as feministas negras e lésbicas, a partir de uma perspectiva política, e 2) as feministas influenciadas pelo pós-estruturalismo, a partir de uma perspectiva filosófica⁷. Muito antes da crítica desconstrutiva butleriana, os problemas de representação no feminismo e a insuficiência de seu sujeito já vinham sendo

⁷ Cabe ressaltar, no entanto, que essa divisão entre o político e o filosófico serve aqui um papel didático de explicitar as diferentes trajetórias de tais críticas, e não traçar uma divisão entre teorização e prática. De fato, nas palavras de Sara Ahmed: “A teorização explícita é precisamente pensar a necessidade e possibilidade de mudança social. É sobre justificar as decisões que tomamos, a linguagem que usamos, como vemos, como falamos umas com as outras, e as nossas próprias formas de organização política.” (p. 18, tradução nossa). Assim, entende-se aqui a teoria feminista como uma forma de prática, assim como a prática política assume e propaga posicionamentos teóricos inclusive quando as categorias teóricas não estão explícitas.

apontadas por aquelas excluídas de sua centralidade por uma hegemonia branca e burguesa. Angela Davis, ao recuperar a história das mulheres negras e trabalhadoras americanas em *Mulheres, Raça e Classe* (2016), aponta para a cegueira do feminismo às outras categorias que não à de gênero e ressalta a influência desses outros atravessamentos na forma como sujeitos experienciam o “ser mulher”. Essa diversidade de experiências de gênero colabora para a inevitável fragmentação de uma agenda feminista unificada baseada na categoria totalizante das mulheres. Nesse processo da construção de uma luta das mulheres, uma “história das mulheres” – para retomar Hodgson-Wright (2006) – opta-se pelo apagamento de outros sujeitos que não atendem às qualificações, estabelecidas *a priori*, que são exigência para que a representação dos mesmos possa ser expandida – para retomar Butler (2016).

Davis traz uma série de quebras que as categorias raça e classe impõem à experiência do gênero das mulheres negras. Questões como feminilidade, maternidade e trabalho teriam sido vividas de forma distinta – e, por vezes, diametralmente oposta – à das mulheres brancas. No entanto, aquela teoria feminista hegemônica que estabelece o corpo feminino como oferecendo certa constância para a experiência das mulheres tende, como criticou Linda Nicholson (2005), a homogeneizar as experiências e situações dos corpos marcados pelo feminino, entendendo-os sempre à luz do sujeito feminino entendido como não marcado: a mulher branca, burguesa, heterossexual cisgênera do Norte global.

No âmbito de uma teoria literária feminista empenhada em delimitar as especificidades do seu objeto, até então entendido como a literatura de autoria feminina, percebem-se desafios semelhantes: como falar de uma tradição literária feminina composta por sujeitos com experiências de gênero tão distintas? Como estabelecer certa continuidade entre esses sujeitos? Essa continuidade existe de fato, ou é forjada tendo em vista a hermeticidade de uma história das mulheres na literatura? Assim, da mesma forma que acontece na teoria feminista em geral, na teoria literária feminista o que se aponta é que tentativas de identificar uma continuidade não marcada pela raça, classe e sexualidade resulta não em uma categoria aplicável de mulher, mas em uma categoria específica de mulher que, no entanto, esconde sua especificidade por trás de um verniz de abrangência universal.

Como nos traz Eagleton (2003), feministas negras e lésbicas apontaram para a ausência de suas experiências na constituição da tradição de literatura de autoria feminina em formação. Eagleton (2003) resume:

Na história tradicional da literatura, mulheres têm sido o “outro” descreditado em oposição ao homem soberano – poucas em número, consideradas limitadas quanto à sua habilidade e restritas em escopo. O feminismo negro e o lesbianismo, embora não deliberadamente descreditados pelo discurso dominante do feminismo branco

heterossexual, têm sido posicionados com frequência de formas que reforçam hierarquias, exclusões e sua característica de “outro”. (p. 159, tradução nossa⁸).

A análise de Grada Kilomba (2020) se faz útil aqui quando ela observa que se a mulher branca vem sendo construída como o “Outro”, as mulheres negras são “o Outro do Outro”. Da mesma forma que o sujeito único de feminismos como os de Betty Friedan, por exemplo, que, com sua *Mística Feminina* lançada em 1963, presumia resolver o “problema sem nome” da “mulher americana”, pouco reconhecendo que sua “mulher americana” era, de fato, a “mulher branca burguesa heterossexual americana”, a busca por uma tradição literária feminina excluía – ou, quando muito, incluía de forma insuficiente – mulheres negras e lésbicas de seus compêndios. Nesse sentido, cabe o alerta de Judith Butler (2018):

É preciso cautela, sem dúvida, quanto à possibilidade que na luta por emancipação e democratização possamos acabar adotando os mesmos modelos de dominação pelos quais somos oprimidas, sem nos dar conta de que um dos modos de funcionamento daquela dominação se dá com a regulação e produção dos sujeitos. Por meio de quais exclusões foi construído o sujeito feminino e como aqueles domínios excluídos voltam para assombrar a “integridade” e a “unidade” do “nós” feminista? [...] As mulheres querem se tornar sujeitos dentro do modelo que exige e produz uma região anterior de abjeção, ou o feminismo deve se tornar uma jornada autocrítica sobre os processos que produzem e desestabilizam as categorias identitárias? (BUTLER, 2018b, p. 83).

É com essa preocupação quanto à homogeneização da construção de uma histórica das mulheres, seja ela literária ou não, que se soma às críticas dos problemas de representação de uma tradição literária feminina um outro ângulo de análise: o das feministas pós-estruturalistas.

Conforme definido por Claire Colebrook (2007), o pós-estruturalismo se configura no desdobramento teórico de se aceitar a premissa do estruturalismo. Enquanto o estruturalismo coloca que “nenhum termo tem significado por si mesmo, este só pode ser identificado em relação com outros termos; pós-estruturalismo investiga a emergência desses

⁸ “In traditional literary history, women have been the discredited ‘other’ to the sovereign man – few

in number, deemed limited in ability and restricted in scope. Black feminism and lesbianism, though not deliberately discredited by the dominant discourse of white heterosexual feminism, have often been positioned in ways that reinforce hierarchies, exclusions, ‘otherness’.”

sistemas de relações” (p. 214, tradução nossa⁹), sendo o pós-estruturalismo não uma negação ou um rompimento com o estruturalismo, mas uma radicalização de sua premissa. Essa abordagem teórica tem influência nas mais diversas áreas do conhecimento, e irá impor desafios tanto à teoria literária no geral quanto ao feminismo, e, assim, seus desdobramentos no âmbito da teoria literária feminista são inegáveis. Como coloca Sophia Phoca:

O feminismo contemporâneo tem empregado estratégias desconstrutivas de forma a desestabilizar um modelo binário inscrito na díade masculina/feminina. Em contrapartida, feministas têm elaborado provocativamente novas abordagens na qual localizar o sujeito generificado e sexual. Essas teóricas têm lançado mão do modelo Derridiano, que argumenta que estruturas binárias sempre privilegiarão um dos termos sobre o outro: por exemplo, masculino sobre o feminino. Ao invés de tentar reverter esse quadro de forma que o feminino seja privilegiado sobre o masculino, como o feminismo emancipatório tem tentado fazer, essas feministas têm tentando desestabilizar as fundações sobre as quais o binarismo se apoia. (PHOCA, 2001, p. 46, tradução nossa¹⁰).

É nesse contexto e a partir desse arcabouço teórico desconstrutor¹¹ que, no segundo caso trazido por Eagleton (2003), feministas pós-estruturalistas apontam para o fato de que a ideia de uma tradição feminina de qualquer tipo sugere uma falsa coerência através da história e das culturas, a mesma falsa coerência que Butler (2016) chamaria de “coercitiva” quando fala da representação não apenas como mecanismo de reconhecimento político, mas também como tendo função normativa. Com esse plano de fundo, uma abordagem pós-estruturalista da própria teoria literária “também questionou a natureza da relação entre autor,

⁹ “no term has meaning in itself but can only be identified in relation to other terms; poststructuralism investigates the emergence of systems of relations.”

¹⁰ “Contemporary feminism has employed deconstructive strategies in order to destabilise a binary model inscribed in the masculine/feminine dyad. Instead, feminists have provocatively elaborated new frameworks in which to locate the gendered and sexual subject. These theorists have drawn from the Derridean model, which argues that binary structures will always privilege one of the binaries over the other: for example, male over female. Rather than trying to reverse this so that the feminine will be privileged over the masculine, as emancipatory feminism has striven to do, these feminists have attempted to destabilise the foundational structures on which binarism relies.”

¹¹ Embora Phoca (2001) mencione apenas Derrida, temos exemplos como Teresa de Lauretis, citada anteriormente neste trabalho, que se utiliza de um embasamento teórico foucaultiano para radicalizar a separação entre sexo e gênero e propôr o gênero como uma *tecnologia* (LAURETIS, 1994).

texto e leitor” (EAGLETON, 2003, p. 158, tradução nossa¹²).

Com o pós-estruturalismo, a autora não poderia ser considerada como mestra de seu texto, como tendo total controle sobre o mesmo, nem o texto como sendo um reflexo ou contendo pistas de alguma verdade universalizável sobre a experiência feminina. O ensaio de Barthes que decreta a “morte do autor” é publicado em inglês em 1977. Ele surge, portanto, em um momento no qual a política de identidade feminista se encontra em ebulição significativa. Como aponta Eagleton (2003): “Que ironia que no exato momento em que o feminismo, branco e negro, está declarando o renascer da mulher-autora, o pós-estruturalismo está fazendo sua ‘morte’” (EAGLETON, p. 163, tradução nossa¹³). O que significariam as desconstruções tanto do sujeito “mulher” único quando do “autor” soberano para uma teoria literária feminista? Seria este o seu fim?

Terry Eagleton (2019) reconhece que as acusações de relativismo e niilismo feitas às abordagens pós-estruturalistas não são de um todo infundadas, apontando que, ao declarar infrutífera qualquer conteúdo de verdade ao texto, e, ao mesmo tempo, ao pensar o sujeito como sempre implicado nas estruturas que os formam, de modo que a emancipação se torna uma ilusão, “o pós-estruturalismo tornou-se uma maneira conveniente de fugir totalmente dessas questões políticas” (p. 215). No entanto, apropriações feministas do pós-estruturalismo diferenciam-se pelo fato de serem, desde sempre, politicamente engajadas.

A teórica feminista Chris Weedon (1987), ao explorar a relação entre estruturalismo e pós-estruturalismo, e entre estruturalismo e a teoria feminista, explica que feministas obtiveram o máximo do *insight* apresentado por Saussure no momento em que percebem a linguagem

como um sistema sempre existindo em discursos historicamente específicos. Uma vez que a linguagem seja entendida em termos de discursos em competição, formas em competição de dar significado ao mundo, o que sugere diferenças na organização do poder social, então a linguagem se torna um lugar de luta política. (WEEDON, 1987, p. 24, tradução nossa¹⁴).

¹² “has also questioned the nature of the relationship between author, text and reader”

¹³ “What irony that at the very moment feminism, black and white, is declaring the re-birth of the woman author, post-structuralism is marking her ‘death’.”

¹⁴ “language as a system always existing in historically specific discourses. Once language is understood in terms of competing discourses, competing ways of giving meaning to the world, which imply differences in the organization of social power, then language becomes an important site of political struggle.”

Assim, a partir da interação entre a teoria feminista e o pós-estruturalismo, chegamos à reflexão de que nem o sujeito-autor, nem a mulher em si, possuem uma essência a ser descoberta ou exprimida pelo texto literário, portanto, “longe de contar ‘a verdade sobre a experiência das mulheres’ – uma demanda outrora frequente – os textos podem oferecer apenas ‘representações’ ou ‘construções sociais’ de mulheres [...]” (EAGLETON, 2003, p. 158, tradução nossa¹⁵).

Esse desconforto que a indeterminação desse sujeito da teoria literária feminista nos traz, essa sensação de ruína iminente, assemelha-se muito ao mencionado por Butler (2016) quanto ao problema do gênero para o feminismo; porém, da mesma forma que o próprio feminismo não precisa de uma lógica fundacionista para continuar existindo – ou seja, não precisa centrar suas ações e reivindicações sobre a presunção de um sujeito –, talvez a teoria literária feminista possa encontrar outras formas de lidar com a questão das mulheres e do feminino que não seja essencialista, determinista ou coercitiva.

Como descrita por Terry Eagleton (2019), a tarefa de definir o propósito e a identidade da teoria literária envolve definir seu método de investigação e seu objeto específico. Ao mesmo tempo em que reconhece essa necessidade, Eagleton aponta para o inevitável fracasso dessas duas definições. No que se refere ao primeiro critério de delimitação disciplinar, “a teoria deve refletir a natureza da literatura e da crítica literária” (p. 298), mas, ao mesmo tempo, são inúmeros os métodos de análise do objeto da teoria literária. Ao mesmo tempo que os métodos não são únicos, o objeto é também elusivo, a ponto de ser mais útil, como aponta Eagleton, “ver a ‘literatura’ como um nome que as pessoas dão, de tempos em tempos e por diferentes razões, a certos tipos de escrita, dentro de todo um campo daquilo que Michel Foucault chamou de ‘práticas discursivas’” (p. 309).

Nesse sentido, nos parece existir algumas semelhanças significativas entre a teoria literária e a teoria feminista que elucidam tanto as problemáticas do que consideramos teoria literária feminista quanto apontam para possíveis soluções para esse campo de estudo. A teoria feminista também sofre, como vimos, de uma indefinição de método e objeto. São diversas as formas de pensar o feminismo, e diversas maneiras de definir seu objeto a partir das ferramentas de análise escolhidas¹⁶ configurando-se, da mesma forma, em uma “não disciplina”.

Também de forma semelhante, o que Eagleton apresenta como “uma postura tolerantemente ecumênica” (p. 299), um pluralismo desmedido a partir do qual todas as leituras são válidas e, portanto, nenhuma o é, denota um relativismo contra o qual teóricas

¹⁵ “Far from texts telling ‘the truth about women’s experience’ – an oft-repeated demand in the early days – they can offer only ‘representations’ or ‘social constructions’ of women [...]”

¹⁶ Para uma análise dos desafios epistemológicos na história do feminismo, ver Santos (2016).

feministas buscam se prevenir desde o advento desse campo teórico. Assim, a tensão entre permitir uma pluralidade de métodos e objetos e, ao mesmo tempo, manter uma base normativa sobre a qual fazer reivindicações socialmente relevantes vem sendo um dos mais importantes desafios da teoria e prática feminista.

Diante da impossibilidade de uma definição de método ou objeto para a teoria literária, Eagleton (2019) propõe distinguir o discurso acerca do literário não a partir de uma metodologia – ou sequer uma ontologia da literatura – mas sim de maneira *estratégica*. Para ele, a teoria literária “não se trata de partir de certos problemas teóricos ou metodológicos, mas sim começar com o que queremos *fazer*, e em seguida ver quais os métodos e teorias que melhor nos ajudarão a realizar nosso propósito.” (p. 317). O *insight* de Eagleton nos é útil aqui não porque revela algo desconhecido à teoria feminista, mas porque, após sua extensa análise da moderna teoria literária e da explicitação das diversas tentativas de manter a teoria literária como campo neutro, apolítico, não ideológico de estudo, a conclusão à qual Eagleton chega em seu encerramento é a mesma sobre a qual a teoria feminista tem se embasado desde seu advento: na politização da produção do saber, com o objetivo político, desde seu início, de resistir à opressão.

São diversos os resultados possíveis da interação entre as proposições de Butler em *Problemas de gênero* (2016) e a teoria literária feminista. O caminho escolhido pelo presente trabalho foi chegar a um desses possíveis resultados a partir de um estudo dos conflitos dentro da própria teoria feminista quanto ao sujeito do feminismo, entrecruzando-os com os diferentes momentos da teoria e crítica literária feminista. A crítica de Butler representa para o feminismo uma mudança de paradigmas – do sujeito do feminismo como a categoria uma das mulheres às novas formas de pensar as próprias categorias constitutivas da identidade – a qual nos convida a repensar, também, outras áreas de aplicação da teorização feminista, como a literatura.

A conclusão à qual se chega aqui é a de que uma teoria literária feminista que acomode essa mudança de paradigmas é uma que concebe o texto literário como sendo pleno de representações historicamente localizadas, e que não busque derivar destas nenhuma essência feminina ou história totalizante das mulheres, pois esta jamais será, de fato, sobre todas as mulheres, mas sim de poucas e específicas, entendidas e recebidas como universais. Eagleton (2019) enfatiza que a crítica feminista, juntamente com a crítica socialista, difere-se de outras abordagens pois “definem seu objeto de análise de maneira diferente, possuem valores, crenças e objetivos diferentes, e com isso proporcionam diferentes tipos de estratégia para a concretização desses objetivos” (p. 319). Assim, políticas desde o início, seus métodos e concepções de objeto se modificam de acordo com os novos desafios teóricos e políticos que se apresentam. Esta é, também, uma perfeita descrição da teoria feminista como um todo.

Dessa forma, quando aplicamos as interpelações desafiadoras de Judith Butler à

teoria literária feminista, chamando-a a abdicar, também, de um sujeito bem-delimitado, e de uma concepção de continuidade hermética na história da escrita feminina, não acreditamos estar ameaçando a existência desse campo de estudos, mas sim lutando por sua sobrevivência e sua relevância. Butler propõe para o feminismo um modelo de coalizão aberta, onde não se presume sujeito algum anterior à coalizão. Assim, um desdobramento possível da crítica de Butler ao feminismo na teoria literária feminista seria uma coalizão aberta entre o teórico/crítico e o texto, sem a presunção de um sujeito anterior a esse encontro. Dessa forma, acreditamos que a teoria literária feminista ganha novo fôlego, permitindo um exame das diferentes articulações das categorias de gênero dentro de determinado texto literário e uma maior abertura às intersecções entre o gênero e outras categorias de identidade articuladas pelo texto literário, não dividindo seu sujeito-autor apenas entre homens e mulheres, mas concebendo-o como sempre localizado e atravessado por marcações diversas as quais somos incapazes de apreender por completo.

Isso não significa despolitizar a teoria literária feminista, mas, pelo contrário, libertá-la de uma preocupação paralisante com seu objeto e seu método, e permitir com que ela esteja aberta para melhor se organizar para que atinja seus objetivos políticos, que são, nas palavras de bell hooks (2019): “acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (p. 17).

Referências

AHMED, Sara. *Differences that matter: feminist theory and postmodernism*. Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press, 1998.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. Fundações contingentes: feminismo e a questão do “pós-modernismo”. In: BENHABIB, Seyla [et al.]. *Debates feministas: um intercâmbio filosófico*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

COLEBROOK, C. Feminist criticism and poststructuralism. In: PLAIN, G.; SELLERS, S. (ed.). *A History of Feminist Literary Criticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 214-234.

DAVIS, A. *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

EAGLETON, M. Literature. In: _____. (ed.). *A Concise Companion to Feminist Theory*. Oxford: Blackwell, 2003. p.153-172.

HODGSON-WRIGHT, Stephanie. Early feminism. In: GAMBLE, Sarah (ed.) *The Routledge companion to feminism and postfeminism*. London; New York: Routledge; Taylor & Francis, 2006.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2009.

FLAX, Jane. *Thinking Fragments: Psychoanalysis, Feminism, and Postmodernism in the Contemporary West*. Berkeley: University of California Press, 1990.

GAMBLE, S. (ed.) *The Routledge companion to feminism and postfeminism*. Londres: Routledge, 2006.

JAGGAR, A.M.; YOUNG, I. M. *A companion to feminist philosophy*. Oxford: Blackwell, 2005.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAURETIS, T. A. Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LEBIHAN, J. Feminism and Literature. In: GAMBLE, S. (ed.). *The Routledge companion to feminism and postfeminism*. Londres: Routledge, 2006.

NICHOLSON, Linda J. Gender. In: JAGGAR, Alison M.; YOUNG, Iris Marion (org.). *A companion to feminist philosophy*. Malden, Mass.: Blackwell, 2005.

THORNHAM, Sue. Second wave feminism. In: GAMBLE, Sarah (ed.). *The Routledge companion to feminism and postfeminism*. London; New York: Routledge; Taylor & Francis, 2006.

PHOCA, Sophia. Feminism and Gender. In: GAMBLE, Sarah (ed.). *The Routledge companion to feminism and postfeminism*. London: Routledge, 2006.

SANTOS, Magda Guadalupe dos. O feminismo na história: suas ondas e desafios

epistemológicos. *In*: BORGES, Maria de Lourdes, TIBURI, Márcia (org.). *Filosofia: Feminismos e Machismos*. Ed. da UFSC, 2016.

SHOWALTER, Elaine, *A literature of their own: British women novelists from Brontë to Lessing*, Expanded Edition. Princeton, N. J: Princeton University Press, 1977.

WITT, Charlotte. *Feminist History of Philosophy*. *In*: WITT, Charlotte; ALANEN, Lilli. *Feminist Reflections on the History of Philosophy*, Norwell: Kluwer Academic Publishers, 2005.

JADE BUENO ARBO

Bacharela em Letras e Mestra em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5478496017695674>

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5726-6545>

E-mail: jade.arbo@ufpel.edu.br

EDUARDO MARKS DE MARQUES

Doutor em Australian Literature and Cultural History pela University of Queensland. Professor Associado III no Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9216599540037680>

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-3067-7237>

E-mail: eduardo.marks@ufpel.edu.br